

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)

Representação

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)

Representantes



Titular

Jeferson Furlan Nazário

Presidente

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist)



Suplente

Fernando Cesar Thiago de Mello

Advogado

Divisão Jurídica (DJ) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião extraordinária realizada no dia 25 de março de 2021

Diante das condições decorrentes da pandemia da Covid-19, a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) foi realizada de modo virtual.

1. Recentemente, como narrado no último relatório encaminhado à Assessoria de Gestão das Representações (AGR), houve eleição dos coordenadores das Comissões do Conade. Contudo, aconteceu um impasse referente à eleição do(a) coordenador(a) da Comissão de Articulação de Conselhos (CAC), e a questão foi levada para deliberação do Plenário do Conselho. Depois do debate sobre a forma de escolher o(a) coordenador(a), ou seja, por meio de votação no Plenário ou devolvendo tal questão à própria Comissão, e após rápida apresentação dos dois postulantes ao cargo, houve votação no Plenário para a escolha do coordenador. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apoiou a candidatura do conselheiro Josewilton de Souza, mas o eleito foi o conselheiro Diego França, por 20 votos contra 12, com duas abstenções.

2. O Conade indicou recentemente para participação na Câmara de Saúde Suplementar (Camss) o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). A Camss é um órgão de participação institucionalizada da sociedade na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de caráter permanente e consultivo, que tem por finalidade auxiliar a Diretoria Colegiada nas suas discussões. O Confea, no entanto, não foi aceito pela Câmara. Segundo informações preliminares, houve o entendimento de que, dada a sua natureza o Conselho não se adequava às atividades da Camss. A questão foi transferida para a próxima reunião do Conade.

3. Ainda na pauta da reunião, tivemos a apresentação de Indyara Moraes, pesquisadora no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a respeito da avaliação dos fóruns de políticas públicas para pessoas com deficiência. Até agora, foram realizados sete encontros: o primeiro, Fórum de Políticas Públicas para Pessoas

com Síndrome de Down, aconteceu em 2019; e o mais recente, Fórum de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, foi realizado em março de 2020.

4. Na parte da tarde, houve debate a respeito da Portaria nº 457, de 2021, editada pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves. A referida Portaria institui Grupo de Trabalho para realização de análise ex-ante (para o futuro) da Política Nacional de Direitos Humanos. No entanto, não há menção à participação de representantes da sociedade civil, e o Plenário deliberou emitir um ofício à ministra solicitando que algum representante do Ministério compareça à próxima reunião do Conade, e esclareça por que não há previsão de representantes da sociedade civil.

5. Houve um rápido relato feito pelo novo coordenador do Conade, Marcelo Medeiros, a respeito do andamento dos preparativos para a V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O evento talvez venha a ser realizado em dezembro de 2021, e alguns conselheiros demonstraram preocupação com a possibilidade de que a Conferência seja realizada de modo virtual. Eles temem que isso prejudique a participação de pessoas com deficiência por conta, entre outros motivos, das dificuldades de acesso à internet em várias localidades do País. A representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Liliane Bernades, alertou sobre o risco de que a reunião, caso tenha de ser presencial, seja postergada para 2023, por conta de riscos decorrentes da pandemia e das dificuldades decorrentes de 2022 ser ano de eleições gerais.

6. Houve um breve relato da Comissão para tratar da prioridade de vacinação contra a Covid-19 em pessoas com deficiência. Alguns conselheiros manifestaram críticas quanto à conduta do Ministério da Saúde a respeito dessa questão.

Por fim, destaque-se que foi aprovada pelo Plenário a pauta de reuniões para 2021, sendo que, enquanto continuarem a ser realizadas de modo virtual, elas ocorrerão mensalmente.